



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO I

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühler - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 003/200****DATA:**

15 de março de 2004.

SÚMULA:

Institui e regulamenta a Verba de Ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício parlamentar e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1.º - Fica instituída a Verba de Ressarcimento destinada ao reembolso de despesas com passagens, telefones, correspondência, moradia, refeições, combustível, aluguel e manutenção de escritório, aluguel de veículos, diretamente relacionadas com o exercício do mandato parlamentar.

Art. 2.º - Aos deputados estaduais serão feitos créditos mensais para atender despesas previstas nesta Resolução.

Parágrafo Único – Aos suplentes de deputados, quando convocados, receberão créditos proporcionais ao tempo em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 3.º - As liberações serão feitas mensalmente, através de Ato da Comissão Executiva, mediante empenho na dotação 3390 3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 4.º - Os pagamentos das despesas serão feitos mediante ressarcimento ao senhor deputado.

Art. 5.º - O ressarcimento será concedido mediante solicitação do deputado à Diretoria Financeira por meio de requerimento padrão, incluindo a respectiva documentação fiscal comprobatória das despesas, assumindo o requerente, inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada.

Art. 6.º - Será objeto de ressarcimento o documento original em 1.ª via, quitado em nome do deputado.

Parágrafo único – O documento, isento de rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas, a que se refere este artigo será:

I – 1.ª via da nota fiscal

II – recibo devidamente assinado constando nome e endereço completos do beneficiário do pagamento, n.º do CPF, da Identidade e discriminação da despesa.

III – fatura discriminativa da despesa.

IV – declaração do correio ou do setor de correspondência desta Casa, do valor pago, pelo deputado, com as despesas postais.

Art. 7.º - As despesas com passagens serão reembolsadas mediante a apresentação da passagem utilizada ou nota fiscal da empresa fornecedora da passagem.

Art. 8.º - O ressarcimento de despesas com telefones será feito mediante a anexação da fatura paga ao formulário próprio.

Parágrafo Único – As faturas deverão estar em nome do deputado.

Art. 9.º - As despesas postais serão reembolsadas mediante a apresentação de comprovantes das despesas efetuadas fornecidos pela Empresa de Correios ou declaração de despesa fornecida pelo setor de correspondência desta Casa.

Art. 10 - Para reembolso de despesas com moradia o deputado deverá apresentar recibo do aluguel ou notas fiscais referente às despesas de hospedagens em hotel e despesas de restaurantes.

Art. 11 - As despesas com combustíveis e lubrificantes serão ressarcidas mediante a apresentação da nota fiscal onde deverá constar:

a – data;

b – nome do deputado;

c – número de litros e valor da despesa.

Art. 12 - No ressarcimento do aluguel de imóveis destinado à instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar, poderão ser incluídas as despesas de condomínio, IPTU, água, telefone e energia elétrica, concernente a esse imóvel.

§ 1.º - É vedado o ressarcimento de despesas de aluguel de imóvel quando este for de propriedade do deputado, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, ou a pessoa jurídica, direta ou indiretamente por eles controlada, permitido, contudo, o pagamento de contas de água, energia elétrica, telefone, IPTU e demais taxas quando vinculadas a imóvel não residencial que seja utilizado como escritório de apoio parlamentar.

§ 2.º - Serão ressarcidas as despesas com a aquisição de material de expediente necessários ao funcionamento de escritório de apoio à atividade parlamentar, inclusive as despesas com a impressão de informativos da atividade parlamentar, desde que não caracterize gastos com campanha eleitoral.

Art. 13 - Será objeto de ressarcimento as despesas com aluguel de veículo feito pelo parlamentar.

Parágrafo único – Somente serão ressarcidos as despesas com aluguel de, no máximo, 04 (quatro) veículos por parlamentar.

Art. 14 - O ressarcimento será feito mediante cheque nominal ao deputado, servindo como comprovante de entrega o recibo assinado pelo deputado.

Art. 15 - Os créditos liberados serão depositados em conta corrente especialmente aberta pela Diretoria Financeira.

Art. 16 - Os valores dos créditos mensais serão fixados por Ato da Comissão Executiva.

Art. 17 - Os saldos não utilizados em uma liberação serão somados ao crédito seguinte.

Art. 18 - Até o 5.º dia útil do mês seguinte, a Diretoria Financeira providenciará as prestações de contas

individuais de cada deputado enviando-as com um relatório à apreciação da Comissão de Tomada de Contas.

Art. 19 - No mês de dezembro, somente serão atendidos os pedidos protocolados até o dia 10 do mês em curso, após o que a Diretoria Financeira encaminhará, até o dia 12, o relatório anual à Comissão de Tomada de Contas que o aprovando determinará o recolhimento dos saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Diretoria de Apoio Técnico.

Art. 20 - Ficam revogadas as Resoluções n.ºs 15/92 e 15/2001.

Art. 21 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 15.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente